

# A IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA SOCIEDADE<sup>1</sup>

*Maria Amélia Teixeira da Silva\**

*Adêmia Silva da Cruz\*\**

*Fabíola Mota Campos\*\**

*Guilherme Ataíde Dias\*\*\**

## Resumo

Destaca a importância das Instituições Arquivísticas como fonte de pesquisa e de preservação do patrimônio documental seja na esfera da administração pública municipal ou da administração pública federal. Para a realização desse estudo, a metodologia utilizada foi desenvolvida mediante amostras probabilísticas casuais simples, com a aplicação de questionários contendo perguntas abertas e levantamento bibliográfico. A revisão de literatura compreendeu pesquisas nos periódicos científicos nacionais da área de Arquivologia e Ciência da Informação, disponíveis no Portal de Periódicos da Capes e no Portal SEER/IBICT, além de livros e *websites*. Após a coleta de dados, estes foram categorizados para facilitar possíveis análises e discussões acerca do tema. Mediante os resultados apresentados, concluiu-se que a necessidade de organização dos arquivos públicos e o valor administrativo, fiscal, legal e histórico do acervo documental, devem ser de fundamental importância para o cotidiano das instituições e pessoas que podem utilizá-los para pesquisas que constroem a memória histórica, a identidade e a cultura do cidadão e da sociedade.

**Palavras-chave:** Arquivos. Arquivos Públicos. Memória. Preservação Documental.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a Lei nº. 8.159, de 08 de janeiro de 1991 dispõe sobre a Política Nacional de

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida em dois arquivos da cidade de João Pessoa – PB e apresentado com modificações durante o I Fórum Internacional de Arquivologia.

\*Bolsista de Iniciação Científica – CNPq/UFPB. Aluna do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. [melteixeira\\_mel@hotmail.com](mailto:melteixeira_mel@hotmail.com)

\*\*Aluna do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. [ademiacruz@hotmail.com](mailto:ademiacruz@hotmail.com)

\*\*Aluna do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. [bibulamota@gmail.com](mailto:bibulamota@gmail.com)

\*\*\*Doutor em Ciência da Comunicação (Ciência da Informação) pela USP; Mestre em Administração pela Central Connecticut State University, USA; Graduado em Ciência da Computação pela UFPB Campus II e Professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB. Orientador da pesquisa. [guilhermeataide@gmail.com](mailto:guilhermeataide@gmail.com)

Arquivos Públicos e Privados considerando-os em seu Art. 2º, como:

Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

No entanto, é importante considerar outras definições para arquivo a exemplo do Dicionário Internacional de Terminologia Arquivística, publicado pelo Conselho Internacional de Arquivos e citado por Jardim e Fonseca (1998, p. 369), onde arquivo é definido como: “O conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas, suas formas ou seus suportes materiais, produzidos ou recebidos por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, no desempenho de suas atividades”.

O surgimento dos arquivos se deu por volta dos séculos IV e V a.C., estes surgiram como guardiões dos registros do Estado e para prestar apoio administrativo ao governo quando devido à necessidade de se recorrer a documentos, a civilização grega passou a preocupar-se em guardar, junto à Corte de Justiça na Praça Pública de Atenas, leis, tratados, minutas de assembléia e documentos oficiais (CÔRTEZ, 1996).

Em meados do ano de 1789 essa preocupação passou a atingir também a França, que com o objetivo de assegurar, guardar e preservar tanto o patrimônio documental do passado como também, os novos documentos produzidos daquela época em diante passou a criar seus arquivos. Vale ressaltar que na mesma época, os documentos dos Arquivos Nacionais (arquivos governamentais, administrativos, judiciais e eclesiásticos) passaram a ser considerados propriedade pública, com livre acesso e à disposição de qualquer cidadão que os solicitasse.

Apesar de toda essa preocupação com a documentação arquivística, só a partir do século XIX o Arquivo, como instituição ganhou espaço. Tal fato ocorreu quando este passou a ser considerado como base de pesquisa histórica, levando os Estados a mantê-los acessíveis a todos os cidadãos. Segundo Ohira (2000?), após a Segunda Guerra Mundial, a inclusão do direito à informação na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, transforma o acesso aos arquivos em direito democrático de todos os cidadãos e não mais uma reivindicação da pesquisa científica ou histórica.

Em decorrência do processo de democratização dos arquivos, surgem os arquivos públicos que segundo a Lei do Arquivo nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991 em seu Art. 7º, são:

Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e Municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.

Este artigo tem por objetivo apresentar a situação dos arquivos públicos em especial um de âmbito municipal e outro federal, a fim de tornar explícitas as vantagens e dificuldades existentes nesses órgãos, e tendo como foco principal demonstrar a atual situação dos referidos arquivos, em relação a recursos humanos especializados, recursos tecnológicos, organização e conservação dos documentos. O artigo tem por objetivo ainda conscientizar os gestores das referidas unidades de informação acerca da importância destas instituições para a construção e preservação da identidade histórica e cultural da sociedade.

Sendo assim é importante destacar o conceito de Patrimônio histórico cultural definido por Yamashita e Paletta (2006, p.175) como “ O acervo de uma nação ou povo e não apenas como construções e pertences antigos”. Um exemplo claro da importância da preservação do acervo documental de uma nação é tido mais uma vez nas palavras de Yamashita e Paletta ( 2006, p.175) quando as autoras afirmam que

O Brasil de Quinhentos Anos é jovem e seu acervo bibliográfico é escasso. Grande parte da história do País se perdeu ora por estar registrada apenas no intelecto dos que já se foram ora por constar de documentos em precário estado de conservação.

Frente ao exemplo anteriormente citado percebe-se que quando não há preservação documental de um patrimônio histórico cultural ocorrem perdas insubstituíveis. Então só a partir de situações como esta percebe-se a importância da manutenção e conservação dos acervos, para construção e preservação da memória do patrimônio histórico e cultural de uma nação.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Analisando os trabalhos mais recentes sobre arquivos públicos, percebe-se que vários estudos vêm sendo elaborados com o objetivo de diagnosticar a atual situação dos mesmos. Essa afirmação pode ser comprovada na fala de Jardim (1999, p. 4) quando afirma que: “Saiu-se de uma fase impressionista, na qual as mazelas que atingem os arquivos eram enunciadas a partir de casos específicos para uma etapa em que a complexidade do problema foi identificada com maior precisão, quantitativa e qualitativa.

Grande parte destes estudos relatam a impossibilidade do exercício do direito à informação pelo cidadão, bem como um elevado número de documentos sem identificação e descrição, além da falta de recursos humanos, financeiros e materiais para a eficiente gestão da massa documental (OHIRA; MARTINEZ, 2001).

Fonseca (1996) desenvolveu um estudo que teve por objetivo analisar a situação dos arquivos públicos das prefeituras das capitais dos Estados brasileiros. Para tanto, foram enviados 27 questionários às prefeituras das capitais, porém, do total apenas onze possuem arquivos públicos municipais, e somente oito prefeituras devolveram o questionário preenchido. Para a pesquisadora (p. 105):

O baixo índice de respostas denota, no mínimo, a falta de atenção dada pelas prefeituras à questão do tratamento adequado de seus arquivos. [...] descomprometimento dos responsáveis pelo aprofundamento dos estudos sobre arquivos públicos no Brasil, ou ainda, uma total falta de controle técnico administrativo, impossibilitando o fornecimento dos dados solicitados.

Através dos dados obtidos na pesquisa, foi possível identificar que nenhum destes órgãos possui orçamento próprio, dependendo totalmente das decisões superiores para obtenção de recursos; os arquivos possuem deficiência de recursos humanos especializados,

como também, dificuldade de acesso por parte do público ao acervo, o que contrapõe o direito de acesso à informação.

Outro estudo, realizado por Bojanoski (1999), como parte do Programa de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, avaliou as condições de preservação dos acervos documentais brasileiros, identificando como deficiência mais grave a falta de conhecimento dos “profissionais” habilitados para atuar na área de preservação do acervo em bibliotecas, arquivos e museus. Apesar das dificuldades financeiras que estas instituições enfrentam, o estudo relata que até mesmo as ações de preservação que não implicam necessariamente em altos custos, não são realizadas por total desconhecimento do assunto por parte do pessoal que trabalha nos arquivos.

No que remete a aspectos técnicos, a preocupação com a climatização, visando à preservação dos acervos documentais foi bastante enfatizada. Outro problema relatado foi em relação à utilização da microfilmagem, já que esta se apresenta no Brasil como uma solução de preservação para os acervos documentais, e que, aparentemente, tem sido “esquecida” devido ao pequeno número de instituições que ainda utilizam esse procedimento. É importante destacar que o principal motivo pelo qual esse meio de preservação vem sendo esquecido, está diretamente relacionado à inserção das tecnologias de informação em arquivos, ocasionando a substituição da microfilmagem pela digitalização. Em síntese, as respostas obtidas demonstram tanto a carência de recursos financeiros e humanos, quanto de informações.

A Mesa Redonda Nacional de Arquivos realizada no Rio de Janeiro em 1999 envolveu representantes de diversas instituições ligadas aos Arquivos Públicos Brasileiros. Durante o evento, diversos problemas enfrentados pelas instituições arquivísticas brasileiras foram apresentados, destacando-se como principais: a perda de parcelas do patrimônio documental público; a quase inexistência de instituições arquivísticas públicas municipais; o baixo índice de integração informacional das instituições detentoras de acervo; a inexistência de uma norma nacional de descrição arquivística; deficiência na formação do arquivista e a necessidade de investimento na capacitação dos profissionais que atuam nos serviços arquivísticos governamentais como também, o pouco reconhecimento da importância dos arquivos, pelo cidadão, pelos governantes e pela sociedade em geral (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999).

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia adotada para esta pesquisa foi desenvolvida mediante amostras probabilísticas casuais simples e aplicação de questionários contendo perguntas abertas, onde cada indivíduo dos referidos arquivos teve oportunidade igual de ser incluído na amostra. Optamos pela utilização de perguntas abertas por concordarmos com Richardson (2008, p.195) quando observa que “[...] uma das grandes vantagens das perguntas abertas é a possibilidade de o entrevistado responder com mais liberdade, não estando restrito a marcar uma ou outra alternativa”.

Para tanto, foram enviados 22 questionários para o arquivo de cunho federal e oito questionários para o arquivo municipal. A amostra foi composta por 30 indivíduos sendo, um

bibliotecário, um historiador, oito técnicos em arquivo, seis estagiários de Biblioteconomia, seis de História, um agente administrativo e sete estagiários de ensino fundamental e médio. Do total de questionários enviados, obtivemos um retorno de 66,7%.

Outro procedimento adotado foi à revisão de literatura realizada em periódicos nacionais das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, compreendendo os seguintes títulos: *Informação & Sociedade: Estudos, Ponto de Acesso, Biblionline, Em Questão, Perspectivas em Ciência da Informação, Revista ACB e Arquivística.net*, todos disponíveis no Portal Capes e no Portal SEER/IBICT. Livros e websites, completaram a revisão de literatura.

Os termos utilizados como estratégia de busca foram: arquivos; arquivos públicos; arquivos governamentais e conservação e preservação de documentos. Estes termos foram divididos em duas categorias: 1. arquivos (englobando arquivos de modo geral, significado, origem...); 2. arquivos públicos (em abordagem a situação em que se encontram os arquivos públicos no Brasil atualmente).

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Os resultados obtidos com a revisão de literatura e a aplicação dos questionários, apontam que os arquivos analisados ainda estão muito aquém dos padrões desejáveis pela arquivística. Tais deficiências refletem de forma significativa no processo de preservação do arquivo enquanto fator essencial para assegurar a conservação da memória histórico-cultural da sociedade, entre outros pontos. A revisão de literatura possibilitou conhecer de forma sucinta alguns dos problemas enfrentados por arquivos municipais e federais localizados em outras cidades. Já o resultado dos questionários tornou ainda mais explícito o descaso com a conservação dos documentos, tendo em vista que devido a ausência de recursos financeiros, estas instituições não realizam sequer as mais simples atividades de preservação documental, a exemplo da extração de grampos, clipes e prendedores metálicos que pode ser feita utilizando-se um simples extrator; substituição de caixas arquivo do tipo papelão por caixas arquivo em material polionda; utilização de trinchas para eliminação de poeira e desumidificador para redução do índice de umidade.

Mediante a análise dos dados foi possível constatar ainda que os arquivos avaliados apresentam deficiência em relação ao apoio administrativo, métodos de conservação e preservação de documentos, bem como ausência de recursos profissionais qualificados para atuação arquivística. Diante desse contexto torna-se importante considerar que o profissional amplamente qualificado e capacitado para o tratamento documental arquivístico é o profissional arquivista já que segundo Erthal (2008, p.110)

Diferente do perfil profissional tradicional, o arquivista pensa em atuar com a sua ciência a partir da criação do documento. Na medida em que esse profissional atua nas especialidades e especificidades de cada instituição, de cada arquivo, ou documento, a pesquisa permeia todo o seu fazer. Isto acontece, porque sua técnica precisa ser aplicada de maneira muito própria em cada situação na medida em que as empresas são administradas conforme os fins que se destinam e por isso também se organizam e

se dinamizam em função desse fazer. Em função disso, é necessário perceber que o arquivista integral realiza seu trabalho de forma orgânica, na medida em que as realidades se apresentam. E para desenvolver a sua técnica e trazer o seu conhecimento inovador e criativo das instâncias finais de tratamento da informação bruta em fontes primárias, será necessário que haja uma conscientização unânime entre administradores e gestores para a abertura de espaço para o arquivista desde o início do processo de registro das informações orgânicas, em seu nicho de formação, também na gestão e avaliação dos registros em meio eletrônico, para garantir esse patrimônio informacional desde a sua origem adaptado às novas tendências da conjuntura atual.

Em relação à conservação dos documentos, foram avaliados os processos de desinfestação e higienização, acondicionamento, climatização, vistoria sistemática do acervo e cuidados em relação ao manuseio deste.

Face a descrição feita no parágrafo anterior, pode-se inferir que o primeiro passo para uma boa conservação do acervo é a higienização pois, segundo Yamashita e Paletta (2006, p. ):

A higienização de um acervo é um dos procedimentos mais significativos que há no processo de conservação de materiais bibliográficos. A poeira é a grande inimiga da conservação dos documentos, pois contém partículas de areia que cortam e arranham. [...] fuligem, mofo e inúmeras outras impurezas, atraem umidade e degradam papéis.

O processo de higienização deve ser realizado em períodos regulares no entanto, isto não ocorre nos arquivos avaliados, que armazenam uma quantidade considerável de documentos de grande valor a exemplo de atas, memorandos, ofícios, atestados, portarias, protocolos, resoluções, licitações etc. de forma errônea, uma vez que não dispõem de profissionais habilitados nem como também recursos para desempenhar tal atividade. O uso de técnicas de mecânica a seco com pincel, trincha ou brocha é uma das mais eficientes e seguras formas de higienizar os documentos. Além disso, outros cuidados importantes devem ser tomados durante a higienização do acervo, a exemplo do cuidado com o manuseio, já que é comum acontecer situações em que devido à fragilidade os documentos não resistem as técnicas utilizadas para limpá-los.

Outro fator importante para a conservação dos documentos, está relacionado às condições adequadas de temperatura e de umidade relativa do ar, que são elementos essenciais para prolongar a vida útil do acervo. Segundo Gomes (2006, p.35)

Para manter-se em uma boa climatização, o acervo deve estar acondicionado em umidade relativa do ar entre 40% e 65%, sem incidência solar direta e sob temperatura entre 18 graus Celsius e 25 graus Celsius, jamais em temperaturas superiores a 40 graus Celsius. Caso isto não seja respeitado, os mesmos sofrerão processo irreversível de descoloração e terão adesivos, bem como suas demais características físico-químicas, alteradas em prejuízo do seu desempenho normal.

A análise do resultado dos questionários constatou. que o maior problema enfretando pelos arquivos em relação a climatização, se dá devido aos custos para inserir e manter tal sistema, já que o ar condicionado deve funcionar durante as 24 horas do dia e essas instituições

não possuem recursos financeiros suficientes para arcar com as despesas resultantes do elevado gasto de energia.

O uso da informação em arquivos públicos se dá ou não por diversos motivos. É imprescindível acima de tudo avaliar a questão do acesso à informação disponível e solicitada pelos usuários. Segundo ( OHIRA, 2000?) as pesquisas de Fonseca (1996), Côrtes (1996), Ohira e Martinez (2001) verificam que:

Os usuários mais freqüentes são os cidadãos em busca de documentos probatórios, os estudantes universitários e pesquisadores acadêmicos, como também os estudantes do ensino fundamental e médio. Por outro lado, as autoridades municipais, os funcionários da administração pública e a imprensa local apresentam índices inferiores de freqüência. É bastante alarmante o fato de que, grande parcela dos arquivos públicos brasileiros apresenta uma média muito pequena de usuários/dia.

Como mencionado no parágrafo anterior, o maior índice de pesquisas é registrado por estudantes universitários, de ensino fundamental e de ensino médio mas, será que isso acontece de fato? Será que esse público tem acesso à informação que tanto deseja? Talvez sim, talvez não. Para realizar a aplicação de questionário no arquivo municipal e federal aqui referidos, houve uma certa "burocracia" por parte dos seus respectivos coordenadores. No arquivo municipal por exemplo, foi necessário encaminhar uma solicitação de autorização para a Secretária de Administração da Prefeitura Municipal pois, só assim, seria possível aplicá-lo.

Frente a situação exposta, surge uma indagação, se para pesquisadores universitários e acadêmicos as dificuldades se fazem presentes, que abertura para acesso terão os "usuários comuns"?. A Lei nº 8.159 no seu Art 4º, diz que:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Apesar disso, é perceptível a necessidade de se adotar uma política de acesso ainda mais consolidada, porém, levando em consideração suas limitações e tendo por base que o acesso também depende da restrição estabelecida a cada tipo de documento existente no arquivo.

No Brasil o órgão responsável pela identificação, documentação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é o IPHAN, criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei Nº. 378 e promulgado pelo Decreto-lei nº. 25 em 30 de novembro de 1937 no governo de Getúlio Vargas. Tal decreto foi fator determinante para instituir o IPHAN definindo oficialmente o "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", como instituto que trabalha com um universo de bens culturais. Suas ações estão calcadas em legislação específica sobre cada um dos temas pertinentes ao seu universo de atuação, incluindo na categoria como bens móveis que compõe um Patrimônio Cultural: coleções

arqueológicas; acervos museológicos; documentais; arquivísticos; bibliográficos; videográficos; fotográficos e cinematográficos.

Há muito tempo várias discussões vêm sendo realizadas, entre pesquisadores, profissionais e acadêmicos, acerca do valor representativo dos documentos para as instituições e para o resgate da memória histórico-cultural da sociedade. Sichmann (2003) explana que:

Atualmente há um despertar da nossa sociedade pela busca de soluções e medidas simples para salvaguardar adequadamente os nossos bens culturais. A era da informação valorizou ainda mais os dados vitais e estratégicos que precisam ser preservados, divulgados e acessados rapidamente para uso presente e futuro. É provável que essa valorização seja um dos atuais motivos pelo qual a sociedade busca resgatar o original, o mais antigo, a primeira versão. Então, nos deparamos com danos ou perdas irreparáveis dos acervos bibliográficos e documentais. Somente a partir daí percebemos a importância da manutenção dessas coleções para a continuidade da memória do patrimônio histórico e cultural da nação.

As principais dificuldades encontradas em relação à formação do pessoal que atua nos arquivos avaliados foram: a falta de uma política de valorização do profissional; ausência de concursos públicos para seleção e ingresso de pessoal especializado; falta de uma política salarial que atraia profissionais experientes e qualificados para o mercado de trabalho, além da ausência de um programa permanente de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos. De acordo com o Relatório da FHT (1999-2000, p. 16),

A análise dos recursos humanos é um dos aspectos essenciais na relação para preservação e acessibilidade dos arquivos de um país, porque, em última análise, são as pessoas que concebem e desenvolvem ações concretas neste tipo de instituição. Este fato é especialmente importante no mundo dos arquivos, uma vez que em muitos casos, o trabalho a ser desenvolvido nestas instituições são possíveis graças a iniciativas pessoais dos responsáveis.

Fonseca (199?) e Souza (2002), descrevem a formação dos arquivistas brasileiros, que teve início em 1911 através dos programas de aprimoramento do Arquivo Nacional. Segundo os autores, o surgimento dos primeiros cursos de graduação em Arquivologia se deu a partir da década de 70, e atualmente o país possui oito cursos superiores, estando a maior parte deles localizados na região Sul e Sudeste. Afirmam ainda que os cursos de mestrado e doutorado em sua maioria não são relacionados especificamente para os temas arquivísticos, porém, abordam linhas de pesquisa que estão relacionadas aos temas da área.

Diante do contexto da formação arquivística, o impacto das novas tecnologias da informação não pode deixar de ser considerado, já que elas estão conquistando cada vez mais, um espaço permanente no desenvolvimento de toda e qualquer atividade arquivística, seja no âmbito administrativo, jurídico, fiscal e histórico e segundo Lopes (1997, p. 129) “A reflexão arquivística terá que enfrentar, sob pena de completa deterioração, a informática como meio e como fim, isto é, a informática como um problema teórico e prático a ser analisado”. Esta nova visão requer uma conscientização dos arquivistas para utilizar essas tecnologias como



ferramentas auxiliares ao seu trabalho, sem desmerecer evidentemente outros suportes e meios de preservação e disseminação da informação.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante a pesquisa realizada nas referidas instituições federal e municipal, foi possível perceber que os arquivos ainda são vistos como órgãos básicos da administração pública. Essa postura dificulta à implantação de uma política efetiva de arquivos públicos, uma vez que sem o apoio dos gestores destas unidades de informação, se torna ainda mais difícil consolidar e elevar o nível de importância dos arquivos enquanto instituições de pesquisa e preservação do patrimônio documental, seja de interesse apenas institucional ou de interesse da sociedade como um todo. Dentre os inúmeros problemas levantados estão as condições de instalação que são mínimas, além das dificuldades de conservação e disseminação da informação, e valorização enquanto resgate ao patrimônio histórico documental.

Devido a deficiência em relação aos recursos tecnológicos, os documentos contidos nestes arquivos dificultam o rápido acesso por parte dos pesquisadores, restringindo o número de usuários que visitam o arquivo. A carência de recursos humanos foi outro ponto avaliado, aqui justificadas pela dificuldade de formação e de capacitação dos arquivistas, não existência de concursos públicos federais e municipais, bem como ausência de cursos de capacitação profissional.

Para que haja preservação do Patrimônio Documental é extremamente necessário elucidar conceitos e aprimorar a educação de nosso povo sobre a importância e o valor desses documentos para a nossa sociedade.

## ***THE IMPORTANCE OF PUBLIC ARCHIVES IN CONSTRUCTION OF SOCIETY'S MEMORIES***

### ***Abstract***

This paper highlights the importance of archival institutions as a source of research and preservation of the documentary heritage in the municipal and federal government domains. The methodology for this study made use of simple random samples, with the application of questionnaires containing open questions. A literature review was also undertaken and included research in Brazilian scientific journals in the area of Archiving, Librarianship and Information Science, available at the Capes Portal (Portal de Periódicos da CAPES) and at the SEER/IBICT. Books and websites were also used during the review. After collecting the data, they were categorized to simplify analysis and possible discussions on the subject. Through the results presented, it was concluded that the need for organizing public archives and its inherent value, should be of fundamental importance for the life of institutions and people which use them to

make researches that build the historical memory, identity and culture of society and its citizens.

**Keywords:** Archives. Public Archives. Memory. Document Preservation.

## REFERÊNCIAS

BOJANOSKI, S. Estudo sobre as condições de preservação dos acervos documentais brasileiros. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 2, n. ½, p. 35-78, jan./dez. 1999.

BRASIL. Lei. Nº. 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 20 set. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Mesa Redonda Nacional de Arquivos: Documento Final**. Rio de Janeiro, 1999. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/documento\\_final\\_portugus.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/documento_final_portugus.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2008.

CÔRTEZ, M. R. P. A. **Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil**. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais.

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Coordenação de Ana Maria Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros: Porto Calendário, 1996.

ERTHAL, D. O arquivista como gestor de fontes primárias para o fomento da produção intelectual. **PontodeAcesso**, Salvador, v.2, n.2, p. 94-112, ago./set. 2008.

FONSECA, M. O. K. **Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais**. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro - Escola de Comunicação.

\_\_\_\_\_. **Arquivo**. In: Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação. Organizado por Bernadete Santos Campello et al. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 414 p. 369-389.

JARDIM, J. M. **O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação**. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS. Rio de Janeiro, 1999.

LOPES, L. C. **A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

OHIRA, M. L. B. MARTINEZ, Priscila Amorim. **Arquivos públicos municipais catarinenses: instrumentos de exercício da cidadania**. Florianópolis, 2001. Relatório Final (Projeto de pesquisa) – Programa de Iniciação Científica PIBIC/UDESC/CNPq.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 334 p.

SICHMANN, M. **O reconhecimento da importância de preservação de acervos na região**. Campinas, 2003. Disponível em: <<http://bibmemoria.cmu.unicamp.br/sarao/revista15/sarao>>. Acesso em: 27 mai. 2008.

YAMASHITA, M. M; PALETTA, F. A. C. Preservação do patrimônio documental e Bibliográfico com ênfase na higienização de Livros e documentos textuais. **Arquivística. Net**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.172-184, ago./dez. 2006.